

ENTRE A FANTASIA E A AÇÃO: AS PATOLOGIAS SEXUAIS NA WEB

BETWEEN FANTASY AND ACTION: SEXUAL PATHOLOGIES ON THE WEB

Resumo

O acesso à rede mundial de computadores possibilitou que as relações virtuais acontecessem de uma maneira menos compromissada com a realidade e favoreceu a aceitação de práticas sexuais incomuns ou consideradas inadequadas. Atualmente, várias plataformas comunicacionais são alimentadas por usuários, responsáveis por conteúdos que criam interações, troca de materiais e relacionamentos online. Pode-se considerar que a democratização da sexualidade em ambientes virtuais tenha benefícios; porém, o excesso de informação sem critérios e a facilidade de acesso a fotos, vídeos e outros materiais pode causar danos. É possível observar espaços para a divulgação de fantasias parafilias, entre elas a zoofilia (excitação ou práticas sexualmente excitantes envolvendo animais), que, do ponto de vista médico, é um transtorno de preferência sexual ainda pouco estudado. Estabelecer limites para relacionamentos mediados pela Internet e avaliar a consequência dessa interação na prática não é tarefa fácil, mas necessária.

Palavras-chave: Internet, parafilias, zoofilia, cibersexualidade.

Abstract

Access to the world wide web has allowed the establishment of virtual relationships less committed with reality and has favored the acceptance of unusual and inappropriate sexual practices. Currently, several communication platforms are driven by users, who are responsible for uploading contents that create interactions, the exchange of materials, and online relationships. One might consider that the democratization of sexuality in virtual environments could bring benefits; however, excess information with no criteria and easy access to photos, videos, and other materials may cause harm. Some web sites currently available allow the dissemination of paraphilic fantasies, e.g., zoophilia (sexual arousal

or sexual practices involving animals), which, from a medical point of view, is an underinvestigated disorder of sexual preference. Establishing limits for Internet-mediated relationships and assessing their consequences in real life is a difficult but necessary task.

Keywords: Internet, paraphilias, zoophilia, cybersexuality.

INTRODUÇÃO

Várias mudanças no comportamento sexual ocorreram no século XX, particularmente a redução na repressão da sexualidade feminina e a maior aceitação da existência de contextos não heteronormativos. Muito do controle sobre os comportamentos sexuais em séculos anteriores e em certas sociedades provinha do restrito acesso às informações sobre sexo. Por exemplo, antes do vasto acesso às informações e da Internet, era muito mais fácil convencer uma pessoa de que um tipo de prática sexual era errado, incomum, nefasto e pecaminoso¹. Um dos grandes motivos do impacto social do trabalho de Kinsey et al.² em meados do século XX foi justamente a revelação de que uma significativa parcela da população investigada praticava atividades sexuais bastante diferentes daquelas consideradas até então "normais". Outro notável resultado do trabalho de Kinsey et al. foi permitir uma abertura para discussões sobre sexo e a disseminação de ideias sobre a variedade de comportamentos sexuais existentes e possíveis. Infelizmente, as informações na imprensa leiga podiam muitas vezes ser tão mal conduzidas e perniciosas como hoje ainda se vê nos meios de comunicação.

Em muitos aspectos, a Internet é o recurso tecnológico que mais impacta o comportamento sexual. Desde as fotografias eróticas e pornográficas, revistas e livros, até os vídeos destinados à apreciação – principalmente masculina – das práticas sexuais e da nudez, a Internet se

Ambulatório de Transtornos da Sexualidade (ABSEx), Disciplinas de Psiquiatria e Psicologia Médica, Faculdade de Medicina do ABC, Santo André, SP.

tornou a mais “democrática” forma de acesso aos materiais sexualmente explícitos. O fácil acesso, gratuidade e ampla garantia do anonimato promovem um crescente consumo de informações relacionadas a sexo e materiais pornográficos ao redor do mundo.

Um termo próprio, *cybersex*, tem sido frequentemente usado para designar uma miríade de comportamentos relacionados a sexo nos espaços virtuais, seja para entretenimento, busca por informação ou contatos interpessoais. De fato, esse termo pode remeter a um grande leque de atividades sexuais na Internet, tais como: ver imagens e filmes eróticos/pornográficos; expor detalhes da própria vida sexual ou de terceiros utilizando relatos, fotos, imagens e gravações; interagir com profissionais do sexo; interagir com anônimos à procura de sexo virtual ou real; violar limites sociais e pessoais, engajando em contatos sexualmente não consentidos e indesejados.

As implicações dessa mudança dramática para os determinantes sociais do comportamento sexual não são ainda conhecidas. Seguramente, podemos esperar benefícios, principalmente quanto às possibilidades de educação em sexualidade e saúde reprodutiva, práticas sexuais seguras, possibilidades terapêuticas, limites do comportamento, inovações em terapias, interação com outras pessoas, encontros seguros com possíveis amantes, redução de estigmas, fortalecimento de redes de combate à violência sexual, dentre outros. O potencial para desenvolver aconselhamento online é considerável, mas ainda se encontra em tímido estágio de aprimoramento.

Contrariamente, o potencial da Internet para causar danos é também surpreendente. A explosão da disponibilidade de materiais sexualmente explícitos, sobre os quais é praticamente impossível exercer algum tipo de controle, pode ter efeitos nefastos sobre o comportamento de alguns indivíduos. Hoje existem evidências consistentes de que certos homens e mulheres, e muito possivelmente adolescentes, estão consumindo *web sex* em tal extensão, a ponto de acarretar significativo prejuízo financeiro, de tempo, para os estudos, para o trabalho e para a formação/manutenção de relacionamentos estáveis e duradouros³⁻⁵. Além disso, dado o anonimato, crimes sexuais na *web* têm vicejado, provocando modificações na lei e a criação de departamentos investigativos especiais. Uma das grandes preocupações atuais relacionadas ao uso da Internet tem sido o contato entre adultos e crianças com propostas

sexuais, bem como a disseminação ou troca de pornografia infantil. A Internet de fato facilita a distribuição desse tipo de material, rompendo barreiras nacionais e internacionais, proporcionando comunicação entre pessoas com interesses pedofílicos e reforçando comportamentos sexualmente inadequados e desviantes⁶⁻⁸.

Dada a existência de vários elementos negativos relacionados à interface entre sexualidade e Internet, uma análise pormenorizada de todas as possíveis associações em um único capítulo resultaria reducionista. Assim, para este artigo, objetivamos comentar sobre dois pontos: consumo de pornografia online e parafilias online.

CONSUMO DE PORNOGRAFIA

O consumo de pornografia é um fenômeno de massa na cultura ocidental. Embora seja difícil determinar confiavelmente a prevalência do uso de pornografia, estima-se que aproximadamente 43% das navegações cheguem a um site com conteúdo sexualmente explícito, que 70% dos homens entre 18 e 24 anos visitem um site pornográfico pelo menos uma vez ao mês⁹, e que cerca de 55% dos estudantes universitários consumam pornografia ocasionalmente ou frequentemente¹⁰. Embora os homens respondam pelo maior grupo consumidor de material pornográfico, a Internet tem facilitado tanto a produção quanto o acesso a material sexualmente explícito também por mulheres¹¹⁻¹³. Estima-se que um terço de todos os consumidores de pornografia na *web* sejam mulheres⁹, que quase metade das estudantes universitárias considerem aceitável o consumo de pornografia¹⁴, e que mulheres entre 18 e 24 anos consumam mais pornografia do que homens com 50 anos ou mais¹⁵. Além disso, contrariamente a algumas crenças de que a pornografia heterossexual expressa o poder, o prazer e a tirania masculinos, mulheres podem não se sentir degradadas diante do material pornográfico; ao invés disso, elas podem considerar tal material como um meio de obter prazer¹⁶. De qualquer forma, vídeos para casais, catálogos de *lingerie* e romances eróticos ainda parecem ser a principal fonte de material erótico para mulheres¹³. Considerando-se um discurso masculino dominante, a natureza menos agressiva e mais convencional das mulheres justificaria o baixo investimento da indústria de filmes pornográficos em desenvolver material específico para essa população.

A preocupação com o consumo de pornografia deriva do receio de que isso possa adversamente afetar os consumidores, por exemplo, prejudicando a conexão entre emoções, intimidade e sexualidade, recrudescendo a desigualdade entre os gêneros e

estimulando comportamentos de risco e impróprios¹⁷⁻¹⁹. Alguns estudos têm, de fato, encontrado associações do consumo de pornografia com o uso de substâncias psicoativas, sexo grupal e comportamentos sexuais de risco (*barebacking*) em adolescentes^{15,20-22}, e com atitudes de apoio à violência contra mulheres em adultos^{23,24}. Contrariamente, outros estudos falham em verificar associação direta com comportamentos sexualmente arriscados²⁵, com problemas na habilidade de desenvolver intimidade²⁶, ou com um aumento nas taxas de agressão sexual²⁷, sugerindo que outros fatores ou motivações possam melhor explicar tais correlações deletérias. Uma proposta inusitada na literatura científica tem sido a de que a pornografia poderia ser utilizada como fonte de educação sexual para jovens, enfatizando, particularmente, práticas sexuais seguras²⁸.

Dadas essas controvérsias, são necessários estudos que utilizam instrumentos validados para avaliar tanto o consumo da pornografia online quanto as motivações para tal consumo. Até o momento, poucos instrumentos estão disponíveis para investigar construtos relacionados ao consumo de pornografia. Sem tais escalas e instrumentos validados, afirmações e conclusões de estudos e comparações entre diferentes pesquisas terão certa fragilidade²⁹. No Brasil, um instrumento que avalia motivações para o consumo de pornografia foi recentemente validado³⁰.

Estudos prévios têm proposto motivações para o uso da pornografia, como criar distração³¹, obter informação a respeito de sexo, estabelecer conexões interpessoais, obter excitação sexual ou entretenimento³², ter conexões fantasiosas²⁹, explorar aspectos estigmatizados da própria sexualidade³³, manejar estados de humor, lidar com frustração, solidão e tédio³⁴. Contudo, associações entre essas diferentes motivações e problemas psicológicos, físicos e sociais têm ainda que ser investigados por um suficiente número de estudos usando instrumentos validados.

PARAFILIAS ONLINE

Pessoas com interesses sexuais diferentes da norma, amedrontados com as repercussões sociais dos seus desejos e fantasias sexuais, acabam por encontrar no mundo virtual um meio barato e rápido para expressar seus interesses e práticas. Apesar da crença de que o anonimato da Internet protege essas pessoas, processos persecutórios contra o acesso às redes de pedofilia, por exemplo, acontecem em várias regiões do mundo. Aquelas pessoas que ou aliciam crianças para atos sexuais ou eletronicamente enviam ou recebem imagens pornográficas de crianças estão em alto risco de apreensão por uma variedade de agências nacionais e internacionais.

Enquanto muitos sites limitam o acesso ao usuário – por

exemplo, cobrando uma taxa pela entrada –, outros são gratuitos. Algumas vezes, quando o usuário deseja abandonar um site, sua saída pode ser intencionalmente dificultada pela presença de um *exit loop*. Sites têm usado essa estratégia para incentivar o usuário a acessar outras páginas com conteúdo pornográfico, abrindo várias outras janelas de uma única vez. Para pessoas vulneráveis, isso pode ser um problema, já que o retardo da saída de um site excitante pode adicionar outros estímulos provocantes.

Para muitos, sites com conteúdo pornográfico parafilico (sexo com animais, fetiches, urina, fezes, *bandages*, crianças, fraldas, entre vários outros) são totalmente bizarros e repulsivos. Contudo, tais sites são atraentes para portadores de parafilias ou mesmo pessoas com interesses parafilicos. Presumivelmente, a Internet pode ter conduzido algumas pessoas a descobrirem interesses parafilicos nunca antes percebidos.

Uma vez que o indivíduo descobre que existem outras pessoas com interesses sexuais parecidos, pode racionalizar que seu comportamento e interesse são aceitáveis. *Chats* dão oportunidade para a discussão e o compartilhamento desses interesses, fantasias e práticas sexuais, e alguns sites ou blogs até ensinam como praticá-los. Tais *chats* podem, inclusive, funcionar como um fórum pelo qual conexões entre os participantes podem ser feitas³⁵.

ENTRE A FANTASIA E A AÇÃO: UMA ESCOLA ONLINE DE ZOOFILIA

Um site brasileiro tem despertado atenção pela variedade de recursos comunicacionais usados para abordar a zoofilia (interesse sexual por animais). A página foi desenvolvida e é alimentada por uma mulher que se identifica como zoófila e utiliza imagens, vídeos, manuais, artigos e pesquisas para abordar o tema, além de contar com a contribuição de uma praticante de sexo com animais, americana, que fornece diversos materiais para publicação no site.

A ideia, segundo a proprietária, denominada Canisa, nasceu da necessidade constante de explicações aos interessados no assunto. Para ela, que também possui um blog e uma sala de bate-papo sobre zoofilia, o site é uma “biblioteca”, e os outros ambientes virtuais são destinados à interação entre os adeptos/praticantes. Mesmo com recursos que auxiliam na prática de sexo com animais, como manuais e vídeos em uma seção chamada “Escola de Zoofilia”, separada por níveis básico, intermediário e avançado, Canisa não acredita que os materiais exerçam influência sobre pessoas que não têm “tendência” zoofílica. A autora afirma que o incentivo à prática acontece para aqueles que têm tendência e que estão procurando informações sobre como praticar a zoofilia, e não para quem tem somente curiosidade em

Ambulatório de Transtornos da Sexualidade (ABSEx), Disciplinas de Psiquiatria e Psicologia Médica, Faculdade de Medicina do ABC, Santo André, SP.

relação ao assunto.

Diversos estudos comprovam que a credibilidade da informação está diretamente ligada à credibilidade de quem transmite a informação, ou seja, o destinador transfere respeito ao conteúdo acessado pelo destinatário. Rodrigues apresenta várias discussões sobre a relação entre a comunicação e a experiência e sobre como as novas tecnologias da informação possibilitam o compartilhamento de saberes, opiniões, fenômenos e acontecimentos vívidos^{36,37}. Nos trabalhos do autor há a distinção entre três tipos de aproximação entre a experiência e a comunicação: testemunhos, transmissão (no campo da informação) e o nível simbólico (que tem a função de alimentar ou reforçar a relação). A parcialidade é um fator relevante e também relativo, pois depende do destinador. Segundo Rodrigues, a proximidade dos fatos e o envolvimento afetivo muitas vezes alteram a compreensão dos acontecimentos e seus efeitos, que podem provocar a valorização de alguns aspectos em detrimento de outros.

Na página da Canisa estão disponíveis relatos e experiências de praticantes de zoofilia sobre o relacionamento com os animais, principalmente cachorros. O fato de o canal oferecer várias formas de interação, como salas de bate-papo, blog e o site propriamente dito, credencia a proprietária da página como uma referência no tema. Canisa é frequentemente relacionada à zoofilia em situações de comunicação em espaços virtuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Internet traz facilidades de acesso às informações e é um mecanismo interativo eficaz, mas pode ser considerada nociva para quem possui algum tipo de compulsão. Diversas possibilidades são oferecidas e atualizadas rapidamente, com uma variedade de experiências e materiais.

Ross³⁸ destaca o desenvolvimento da intimidade, a associação de textos com roteiros sexuais e o surgimento da cibersexualidade como fatores intermediários entre a fantasia e a ação sexual. O autor ressalta que as fantasias sexuais, normalmente solitárias, podem se transformar em ação quando parceiros com os mesmos desejos ou a contratação de um profissional do sexo estão acessíveis online. Como um mercado para encontrar tal reciprocidade, a Internet é incomparável em seu escopo, ilimitada pela geografia, pela hora ou por números em sua área de abrangência.

Identificar o limite entre o cibersexo e a prática sexual representa um desafio. Se, em ambientes virtuais, as pessoas agem como se se tratasse de uma extensão da vida real, ou se

fazem coisas que não fariam se não existisse o distanciamento e o anonimato garantidos pela mediação da web, o fato é que a existência de sites com material parafílico pode representar problema para muitos daqueles que padecem de um transtorno.

Naturalmente, existem situações em que o conteúdo pornográfico não é ilegal, não causa danos ao consumidor ou a outrem, nem prejudica o bem-estar de qualquer pessoa. Seguramente, este não é o caso da pedofilia. Nossa intenção não é requerer que todas as pessoas adotem um singular estilo de vida. Contudo, para muitos, o tratamento é amplamente necessário.

Os autores informam não haver conflitos de interesse associados à publicação deste artigo.

Fontes de financiamento inexistentes.

Correspondência: Renata Almeida de Souza Aranha e Silva, Av. Príncipe de Gales, 821, Prédio Central, FMABC, Vila Príncipe de Gales, CEP 09060-650, Santo André, SP. E-mail: renata.aranha@fmabc.br

Referências

1. Bancroft J. Human sexuality and its problems. London: Churchill Livingstone; 2009.
2. Kinsey AC, Pomeroy WB, Martin CE. Sexual behavior in the human male. Philadelphia: W.B. Saunders Company; 1948.
3. Laier C, Pekal J, Brand M. Cybersex addiction in heterosexual female users of internet pornography can be explained by gratification hypothesis. *Cyberpsychol Behav Soc Netw.* 2014;17:505-11.
4. Brand M, Laier C, Pawlikowski M, Schachtel U, Scholer T, Altstotter-Gleich C. Watching pornographic pictures on the Internet: role of sexual arousal ratings and psychological-psychiatric symptoms for using Internet sex sites excessively. *Cyberpsychol Behav Soc Netw.* 2011;14:371-7.
5. Southern S. Treatment of compulsive cybersex behavior. *Psychiatr Clin North Am.* 2008;31:697-712.
6. Kloess JA, Beech AR, Harkins L. Online child sexual exploitation: prevalence, process, and

- offender characteristics. *Trauma Violence Abuse*. 2014;15:126-39.
7. Deirmenjian JM. Pedophilia on the Internet. *J Forensic Sci*. 2002;47:1090-2.
 8. Seto MC, Cantor JM, Blanchard R. Child pornography offenses are a valid diagnostic indicator of pedophilia. *J Abnorm Psychol*. 2006;115:610-5.
 9. Weiss R. The prevalence of porn [Internet]. [cited 2013 Jul] <http://blogs.psychcentral.com/sex/2013/05/the-prevalence-of-porn/2014>
 10. D'Abreu LCF. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. *Psicol Soc*. 2013;25:592-601.
 11. Ciclitira K. Pornography, women and feminism: between pleasure and politics. *Sexualities*. 2004;7:281-301.
 12. Buzzell T. The effects of sophistication, access and monitoring on use of pornography in three technological contexts. *Deviant Behav*. 2005;26:109-32.
 13. Williams L. *Porn studies*. Durham: Duke University Press; 2004.
 14. Carroll JS, Padilla-Walker LM, Nelson LJ, Olson CD, Barry CM, Madsen SD. Generation XXX. Pornography acceptance and use among emerging adults. *J Adolesc Res*. 2008;23:6-30.
 15. Haggstrom-Nordin E, Hanson U, Tyden T. Associations between pornography consumption and sexual practices among adolescents in Sweden. *Int J STD AIDS*. 2005;16:102-7.
 16. Benjamin O, Tlusten D. Intimacy and/or degradation: heterosexual images of togetherness and women's embracement of pornography. *Sexualities*. 2010;13:599-623.
 17. Goldstein MJ, Kant HS. *Pornography and sexual deviance*. London: University of California Press; 1973.
 18. McKee A. The objectification of women in mainstream pornographic videos in Australia. *J Sex Res*. 2005;42:277-90.
 19. Jonas KJ, Hawk ST, Vastenburg D, de Groot P. "Bareback" pornography consumption and safe-sex intentions of men having sex with men. *Arch Sex Behav*. 2014;43:745-53.
 20. Svedin CG, Akerman I, Priebe G. Frequent users of pornography. A population based epidemiological study of Swedish male adolescents. *J Adolesc*. 2011;34:779-88.
 21. Mattebo M, Tyden T, Haggstrom-Nordin E, Nilsson KW, Larsson M. Pornography consumption, sexual experiences, lifestyles, and self-rated health among male adolescents in Sweden. *J Dev Behav Pediatr*. 2013;34:460-8.
 22. Willoughby BJ, Carroll JS, Nelson LJ, Padilla-Walker LM. Associations between relational sexual behaviour, pornography use, and pornography acceptance among US college students. *Cult Health Sex*. 2014;16:1052-69.
 23. Hald GM, Malamuth NM, Yuen C. Pornography and attitudes supporting violence against women: revisiting the relationship in nonexperimental studies. *Aggress Behav*. 2010;36:14-20.
 24. Vega V, Malamuth NM. Predicting sexual aggression: the role of pornography in the context of general and specific risk factors. *Aggress Behav*. 2007;33:104-17.
 25. Luder MT, Pittet I, Berchtold A, Akre C, Michaud PA, Suris JC. Associations between online pornography and sexual behavior among adolescents: myth or reality? *Arch Sex Behav*. 2011;40:1027-35.
 26. Stulhofer A, Busko V, Landripet I. Pornography, sexual socialization, and satisfaction among young men. *Arch Sex Behav*. 2010;39:168-78.
 27. Math SB, Viswanath B, Maroky AS, Kumar NC, Cherian AV, Nirmala MC. Sexual crime in India: is it influenced by pornography? *Indian J Psychol Med*. 2014;36:147-52.
 28. Albury K. Porn and sex education, porn as sex education. *Porn Studies*. 2014;1:172-81.
 29. Short MB, Black L, Smith AH, Wetterneck CT, Wells DE. A review of Internet pornography use research: methodology and content from the past 10 years. *Cyberpsychol Behav Soc Netw*. 2012;15:13-23.
 30. Baltieri DA, Aguiar AS, de Oliveira VH, de Souza Gatti AL, de Souza Aranha e Silva RA. Validation of the Pornography Consumption Inventory (PCI) in a Sample of Male Brazilian University



Ambulatório de Transtornos da Sexualidade (ABSEx), Disciplinas de Psiquiatria e Psicologia Médica, Faculdade de Medicina do ABC, Santo André, SP.

- Students. *J Sex Marital Ther.* 2014 Sep 4:1-12. [Epub ahead of print]
31. Cooper A, Morahan-Martin J, Mathy RM, Maheu M. Toward an increased understanding of user demographics in online sexual activities. *J Sex Marital Ther.* 2002;28:105-29.
32. Goodson P, McCormick D, Evans A. Sex and the Internet: a survey instrument to assess college students' behavior and attitudes. *Cyberpsychol Behav.* 2000;3:129-49.
33. McKenna KYA, Green AS, Smith PK. Demarginalizing the sexual self. *J Sex Res.* 2001;38:302-11.
34. Paul B, Shim JW. Gender, sexual affect, and motivations for Internet pornography use. *International J Sexual Health.* 2008;20:187-99.
35. Galbreath NW, Berlin FS, Sawyer D. Paraphilias and the Internet. In: Cooper A, editor. *Sex and the Internet: a guidebook for clinicians.* New York: Brunner-Routledge; 2002. p. 187-205.
36. Rodrigues AD. Comunicação e experiência [Internet]. 1997 [cited 2015 Jan 5]. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-comunicacao-experiencia.pdf>
37. Rodrigues AD. As novas tecnologias da informação e a experiência [Internet]. 1998 [cited 2015 Jan 5]. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-novas-tecnologias.pdf>
38. Ross MW. Typing, doing and being: sexuality and the Internet. *J Sex Res.* 2005;42:342-52.

Conheça e acesse:

<http://www.semcad.com.br/semcad/programas/propsiq>

PROPSIQ

VOCÊ EM **CONSTANTE ATUALIZAÇÃO**
COM OS ESTUDOS EM PSIQUIATRIA.

QUIRINO CORDEIRO
LEIKA GARCIA SUMI
KARINE HIGA
LÍLIAN RIBEIRO CALDAS RATTO
RAFAEL BERNARDON RIBEIRO

INDULTO PRESIDENCIAL, PSIQUIATRIA, SOCIEDADE E JUSTIÇA

PRESIDENTIAL PARDON, PSYCHIATRY, SOCIETY, AND JUSTICE

Resumo

O indulto para presos é uma prerrogativa presidencial prevista na Constituição brasileira e publicada por meio de decreto. Em 2008, o indulto presidencial, que antes era restrito a criminosos apenados, foi estendido a pacientes em medida de segurança. Desde então, o indulto presidencial para pacientes forenses em medida de segurança tem sido renovado anualmente. Tal situação tem gerado grande debate no meio jurídico e psiquiátrico-forense. Além disso, ao longo das últimas edições do decreto de indulto presidencial, as normas para a concessão desse instituto jurídico têm sido cada vez mais abrangentes, muitas vezes carecendo de sustentação técnica e legal, o que também tem levado a grandes discussões e manifestações contrárias por parte de diversos segmentos da sociedade. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir os diversos aspectos controversos contidos no indulto presidencial, com enfoque na sua abrangência à medida de segurança, questão que diz respeito diretamente à psiquiatria forense.

Palavras-chave: Indulto presidencial, justiça, medida de segurança, psiquiatria forense.

Abstract

Pardon to prisoners is a presidential prerogative according to the Brazilian Constitution, published by decree. In 2008, presidential pardon, previously restricted to convicted criminals, was extended to patients in "safety measure." Since then, presidential pardon for forensic patients in safety measure has been renewed annually. This situation has generated much debate in the legal and forensic psychiatric setting. In addition, in the few past editions of the presidential pardon decree, the rules for granting this legal institution have been increasingly comprehensive, often lacking technical and legal

support, which has also led to major discussions and protests from various segments of the society. Therefore, this article aims to present and discuss the controversial aspects contained in the presidential pardon policy, focusing on its application to patients in safety measure, an issue that is directly related to forensic psychiatry.

Keywords: Presidential pardon, justice, safety measure, forensic psychiatry.

O indulto ou perdão presidencial é uma tradição brasileira publicada anualmente, na época do Natal, por meio de um Decreto Federal. Herança da tradição portuguesa, o perdão imperial foi incorporado na primeira Constituição brasileira, datada de 1824, sendo ainda hoje uma prerrogativa presidencial prevista nessa legislação¹. No ano de 2008, o indulto presidencial, que antes era restrito aos criminosos apenados, foi estendido aos pacientes em medida de segurança, de acordo com o Decreto 6.076:

Art. 1º - É concedido indulto: VIII - aos submetidos a medida de segurança que, até 25 de dezembro de 2008, tenham suportado privação da liberdade, internação ou tratamento ambulatorial por período igual ou superior ao máximo da pena cominada à infração penal correspondente à conduta praticada ou, nos casos de substituição prevista no art. 183 da Lei 7.210, de 1984, por período igual ao tempo da condenação, mantido o direito de assistência nos termos do art. 196 da Constituição.²

Desde 2008, o indulto presidencial para pacientes forenses em medida de segurança tem sido renovado ano após ano.